

O império dos signos: formação espacial das cidades latino-americanas, segundo Angel Rama

Lenice da Silva Lira
Mestranda, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
lenice_lira@yahoo.com.br

*Os olhos não vêem coisas mas figuras de coisas
que significam outras coisas (...)*
Italo Calvino¹

*Olhai o mapa das cidades modernas, de século em
Século a transformação é quase radical. As ruas
são percíveis como os homens*
João do Rio²

Os homens no ato de organização de uma cidade estabelecem um conjunto de normas e valores, relativos à sociedade, à natureza e ao espaço, capaz de construir uma identidade local e nacional, inaugurando a diferença entre os povos e lugares, e mobilidade e ação numa determinada parcela do espaço-território.

A compreensão da cidade passa pela análise de todos os elementos que compõem o seu quadro: terra, água, céu, homens/civilização, edificações, ruas, trabalho, idéias, símbolos. A cidade não é apenas materialidade. Ela possui uma dimensão simbólica, subjetiva, que também atua na construção de suas formas espaciais. A significação do espaço – urbano ou rural – confere aos indivíduos e coletividades unidade e identidade como o seu entorno – a paisagem.

Este trabalho constitui uma análise inicial de *A cidade das letras* (1985), de Angel Rama (1926-1983), crítico uruguaio. Nesta obra, o autor faz uma análise do processo de formação das cidades latino-americanas a partir do discurso literário, entendido como uma prática social. Daí advém a necessidade de criação e recriação constante do que Rama nomeou de *a cidade das letras*. Nesse contexto, foram delimitadas as diversas funções e transformações levadas a cabo tanto pela *cidade das letras* quanto pela cidade real.

¹ CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.17.

² RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1987.

Rama propõe também a análise da América Latina enquanto uma construção histórica de sua cultura. Sua abordagem, entretanto, não constitui uma história urbanística social como faz Castells, mas sim uma estruturação sógnica da cidade. Assim a apreensão e leitura da cidade moderna, afirma Cristiane d'Ávila, “exige do observador capacidade para decifrar a trama de símbolos que compõem as manifestações do tecido urbano”³.

À geografia, este debate é importante porque permite uma compreensão mais ampla e rica do fenômeno urbano, ao explorar as narrativas e discursos sobre a cidade e a vida social, que cumprem o papel legitimador do poder – expresso em vários âmbitos: político, econômico, social e cultural.

A geografia contemporânea não se limita às abordagens que privilegiam o aspecto material da realidade; as manifestações culturais constituem um elemento relevante nas interpretações e compreensão do mundo que não pode mais ser negligenciado.

Deste modo, traçamos como horizonte de reflexão, delimitar a função que a *cidade das letras* desempenhou na formação das cidades latino-americanas, bem como a contribuição deste enfoque nos estudos de geografia urbana.

1. A cidade das letras e as cidades reais

Angel Rama constrói as suas narrativas sobre as cidades latino-americanas a partir da definição de cinco momentos históricos vivenciados por essas cidades: a *cidade ordenada*, a *cidade letrada*, a *cidade escriturária*, a *cidade modernizada*, a *pólis se politiza* e a *cidade revolucionária*. Trata-se, de fato, do desenvolvimento das primeiras cidades racionalmente planejadas, com o objetivo de dominação. Esta dominação será realizada através da instituição de uma *cidade das letras* que, simultaneamente, idealiza a cidade e opera modificações na cidade real e absorve as mudanças que ocorrem na mesma – o que garantiu a sua permanência ao longo dos tempos.

É importante ressaltar que a *cidade das letras* identifica as cidades latino-americanas como uma construção racional, pensadas antes de serem construídas.

As transformações pelas quais as cidades latino-americanas passam promovem a expansão dos limites da *cidade das letras*; o que resulta num maior compartilhamento do poder, ou seja, os grupos sociais são, aos poucos, incorporados ao universo dos letrados/intelectuais.

Rama mostra em seu livro as diversas relações que se estabelecem entre a *cidade das letras* e a cidade real em cada período histórico por ele delimitado. Nesse percurso, os diferentes significados que a cidade real assumiu vão sendo revelados.

1.1. A cidade ordenada

A instituição da *cidade ordenada* tem como objetivo estabelecer a ordem nos territórios coloniais para que se dê a construção dos impérios português e espanhol. Na cidade ordenada as edificações representam uma estrutura hierárquica.

³ D'ÁVILA, Cristiane. “Descompasso: a Lisboa de Eça em Os Maias e na Correspondência de Fradique Mendes”. In: www.foradolugar.com, janeiro de 2008, p. 01.

Verifica-se um afastamento do modelo urbano medieval – que possuía uma organicidade, em favor da produção de uma nova espacialidade que correspondesse ao novo modo de vida distante dos lugares familiares dos conquistadores europeus, mas que personificasse o projeto civilizatório para o território americano. Deste modo, a imposição da ordem torna-se uma estratégia no processo de dominação da América Latina, e de edificação da era capitalista e execução de um projeto de cidade ideal – abrigo dessa mesma dominação – que só poderia ter lugar nas *páginas em branco* da América. Para a realização de tal projeto, assinala Rama, os colonizadores tiveram que negociar com a cidade real.

Os colonizadores tiveram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro, do mesmo modo sonhado de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez.⁴

A retomada do neoplatonismo, nos séculos XVI e XVII, como embasamento filosófico dos modelos de construção dos projetos das cidades ideais, anuncia um momento importante na definição da cultura do Ocidente. Para Michel Foucault⁵, esse momento marca o descolamento entre as palavras e as das coisas, e o início do império da ordem dos signos. Essa perspectiva é anunciada por Rama no seguinte trecho de sua obra :

A cidades, as sociedades que as habitarão, os letrados que as explicarão, se fundem e se desenvolvem no mesmo tempo em que o signo ‘deixa de ser uma figura do mundo, deixa de estar ligado pelos laços sólidos e secretos da semelhança ou da afinidade com o que marca’, começa a ‘significar dentro do interior do conhecimento’, e ‘dele tomará sua certeza ou sua probabilidade’.⁶

É nesse cenário, que emergem as cidades ideais na América, sob a tutela da razão ordenadora. A ordem social hierárquica é substituída pela ordem distributiva e geométrica. “Não é a sociedade, mas sua forma organizada, que é transposta; e não a cidade, mas sua forma distributiva”⁷.

A ideologização do público, populações urbana e rural, torna-se um recurso essencial para que o poder se legitime; este poder ideológico que substituirá a força da religião.

A cidade ordenada desempenha a função de assegurar um regime de transmissões do poder hierárquico, que subjuga a ordem social e a constituição física da cidade. É neste sentido, Angel Rama ressalta a supremacia da ordem :

A ordem deve ficar estabelecida antes de que a cidade exista, para impedir assim toda futura desordem, o que alude à peculiar virtude dos signos de permanecerem inalteráveis no tempo e seguir regendo a mutante vida das coisas dentro de rígidos marcos. Foi assim que se

⁴ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo : Brasiliense, 1985, p. 23.

⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁶ Op. Cit., p. 26.

⁷ Op. Cit., p. 26.

fixaram as operações fundadoras que foram se repetindo através de uma extensa geografia e um extenso tempo.⁸

Estabelecida a ordem, abre-se espaço para a edificação da *cidade letrada*.

1.2. A cidade Letrada

A *cidade letrada* tem como função elaborar os discursos que orientam os indivíduos e coletividades. Possui, portanto, uma missão civilizadora.

Acabou sendo indispensável que as cidades, que eram a sede da delegação dos poderes, dispusessem de um grupo social especializado ao qual encomendar esses encargos. Foi também indispensável que esse grupo estivesse imbuído da consciência de exercer um alto ministério que o equiparava a uma classe sacerdotal.

Ambas as esferas estiveram superpostas por longo tempo, fazendo com que a equipe intelectual contasse durante séculos entre suas filas com importantes setores eclesiásticos, antes que a laicização que começa sua ação no século XVIII fosse substituindo-os por intelectuais civis, profissionais na sua maioria.

Devemos chamar de cidade letrada, porque sua qualidade sacerdotal implícita contribuiu para dota-las de um aspecto sagrado, libertando-as de qualquer servidão para com as circunstâncias. Os signos apareciam como obra do Espírito e os espíritos conversavam entre si graças a eles. Obviamente se tratava de funções culturais das estruturas de poder, cujas bases reais poderíamos elucidar, mas não foram assim concebidas nem percebidas, nem assim foram vividas por seus integrantes.

No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais, houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais.

Os séculos na colônia mostraram a surpreendente magnitude do grupo letrado que em sua maioria constitui a frondosa burocracia instalada nas cidades a cargo das tarefas de comunicação entre a metrópole e as sociedades coloniais, portanto girando no alto da pirâmide em torno da delegação do rei.

Sobre esse trabalho, sobre a ávida apropriação de riquezas, não somente se edificaram suntuosas igrejas e conventos que até os dias de hoje testemunham a opulência do setor eclesiástico, mas também o bem-estar de espanhóis e crioulos e os ócios que permitiram ao grupo letrado dedicarem-se a extensas obras literárias. Assim devemos a isso a esplêndida épica culta do barroco. Segundo Rama, as duas causas principais para a fortaleza da cidade letrada foram:

1)As exigências de uma vasta administração colonial, que com grande minúcia levou a cabo a Monarquia, duplicando controles e salvaguardas para restringir, em vão, a constante fraude com que era burlada, e as exigências da evangelização (transculturação) de uma população indígena que era contada em milhões, a qual se conseguiu – enquadrar na aceitação dos valores europeus, ainda que neles não acreditasse ou não os compreendesse.

⁸ Op. Cit., p. 29.

Essas duas imensas tarefas reclamavam um elevadíssimo número de letrados, os quais se baseavam preferencialmente nos redutos urbanos.

2) A Crítica Marxista: com excessiva freqüência, vêem-se nas análises marxistas os intelectuais como meros executantes dos mandatos das Instituições (quando não das classes) que os empregam, perdendo-se de vista sua peculiar função de produtores, enquanto consciências que elaboram mensagens, e, sobretudo, sua especificidade como desenhistas de modelos culturais, destinados à constituição de ideologias públicas. Creio indispensável manejar uma relação mais fluida e complexa entre as instituições ou classes e os grupos de intelectuais. Inclusive por sua condição de servidores de poderes, estão em contato imediato com o forçoso princípio institucionalizador que caracteriza qualquer poder, sendo portanto os que melhor conhecem seus mecanismos, os que mais estão treinados em suas vicissitudes e, também, os que melhor aprendem a convivência de outro tipo de institucionalização, o do restrito grupo que exerce as funções intelectuais. Pois também por sua experiência sabem que se pode modificar o tipo de mensagens que emitem sem que se altere sua condição de funcionário, e esta deriva de uma intransferível capacidade que procede de um campo que lhe é próprio e que dominam, pelo qual se lhes reclama serviços, que consiste no exercício das linguagens simbólicas da cultura. Não somente servem a um poder, como também são donos de um poder. Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe.

Enquanto a cidade letrada atua no campo das significações e inclusive se autonomiza em um sistema, a cidade real trabalha mais comodamente no campo dos significantes e inclusive os afasta dos encadeamentos lógico-gramaticais. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem. A cidade letrada é portanto, capaz de projetar a cidade ideal antes de sua existência, conserva-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum.

Enquanto a cidade letrada atua no campo das significações e inclusive se autonomiza em um sistema, a cidade real trabalha mais comodamente no campo dos significantes e inclusive os afasta dos encadeamentos lógico-gramaticais. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem. A cidade letrada é portanto capaz de projetar a cidade ideal antes de sua existência, conserva-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum.

Essa fase da cidade letrada é marcada pela existência do poder vinculado aos grupos dirigentes dos territórios coloniais, com sede nas cidades, em que a cidade das letras oferece-lhes suporte ao tornar legível e legítimo as suas intenções e ações. Com isso, quer-se dizer que os intelectuais estavam a serviço do poder, mas não eram o próprio poder. A inversão dessa relação terá início com a modernização levada a cabo a partir dos primeiros anos do século XX.

As cidades são representações do poder externo – colonial e imperial – emanado pelas metrópoles estrangeiras.

É preciso então construir um imaginário social que torne possível a legitimidade das práticas a serem realizadas.

Na fase escriturária da *cidade das letras*, esse imaginário social adquire substância e passa a interagir com as formas sociais e espaciais existentes nas cidades latino-americanas, modificando-as, e transformando-se também, para atender às necessidades da época.

1.3. A cidade escriturária

A cidade escriturária caracteriza-se pelo papel legislador e regulador da sociedade e dos espaços, por meio da imposição de uma língua oficial e de normas de comportamento em sociedade, da constituição de uma socialidade.

Rama identifica a *cidade das letras* como sede do poder da Metrópole e, ao mesmo tempo, possuidora de um poder próprio, que já anunciava uma autonomia cada vez maior. Este poder estava distribuído de forma hierárquica, em que os cidadãos mais comuns se encontravam distantes deste centro. Para o autor, essa distância entre a letra rígida (escritura) e a fluida palavra falada (oralidade) teria transformado a *cidade letrada* em uma cidade escriturária, destinada a uma minoria.

A cidade escriturária revela cidades reais fragmentadas, em que o uso da língua é um traço de diferenciação socioespacial e cultural. Cada estrato social, que ocupa uma parcela determinada do espaço, possui uma linguagem própria, um modo específico de pensar, de agir, de perceber, de sentir o mundo. A distribuição geográfica da população também indica a hierarquia do poder: quanto mais afastado do núcleo urbano, do centro, menos poder possuem as populações que aí vivem. Tal aspecto é aludido por Rama na seguinte passagem:

A cidade escriturária estava rodeada por dois anéis, lingüística e socialmente inimigos, aos que pertencia a imensa maioria da população. O mais próximo era o anel urbano onde se distribuía a plebe formada por criolos, ibéricos desclassificados, estrangeiros, libertos, mulatos, zambo, mestiços e todas as variadas castas derivadas de cruzamentos étnicos. O outro anel, que circundava o primeiro, era mais vasto, pois abrangia os subúrbios (os bairros indígenas da cidade do México, por exemplo), e estendia-se pela imensidade dos campos.

Esse período da história da América Latina é marcado pelo domínio da oralidade nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. O que se ocorrerá, então, será a ampliação do universo letrado. Essa expansão ocorre por meio da subordinação da oralidade à escrita, identificada na institucionalização de uma língua oficial. Tal institucionalização elege a

escritura como traço de distinção sócio-cultural. É justamente aí que as narrativas literárias e jornalísticas ganham destaque.

1.4. A cidade modernizada

A cidade modernizada é aquela que torna possível a ampliação e modificação da *cidade letrada*.

A *cidade modernizada* caracteriza-se pela atuação de um grupo (jornalistas e diversos profissionais liberais, como pedagogos, sociólogos) que critica a cidade das letras já constituída. Esse grupo após o embate com os dirigentes tradicionais conquista o direito à *cidade das letras*, o que concorre para que haja uma transformação das atribuições da cidade letrada. Não há efetivamente a destituição dos dirigentes tradicionais, mas a ampliação dos grupos que a compõem. Assim, o que os críticos contestam é a exclusividade do poder institucionalizado pela *cidade letrada*. Eles reivindicam uma maior aberta, que se ampliará à medida que a modernização se realiza. Nesse sentido, o caráter das cidades latino-americanas como sede do poder, expressão do vínculo com as metrópoles desenvolvidas e modernas, torna-se cada vez mais expressivo.

A construção da cidade modernizada exige alterações na *cidade das letras*, em que esta deve estar capacitada para promover a difusão do modo de vida cidadão, da supremacia da ordem urbana. Para tal será necessário a incorporação da produção cultural rural – marcada pela oralidade, como também será importante a adesão cultural daqueles que vivem nas cidades e em suas periferias.

É nesse contexto que a literatura aparece como um instrumento de incorporação das produções culturais do meio rural e urbano, preservando assim a memória de mundos vividos que fatalmente desaparecerão. Contudo, a cristalização desses espaço-tempos permite a construção das identidades locais e nacionais.

A linguagem, sob a forma literária, passa então a constituir o lugar da memória histórica e cultural das sociedades latino-americanas, participando ativamente da construção de uma ou múltiplas identidades.

A prova da qual se viu submetida a cidade letrada foi a modernização de 1870, de grande risco e, por outro lado, pela ampliação do circuito letrado que presenciou, mais rica de opções e de questionamento.

Uma parte considerável desse terciário (nome que na América Latina não é senão a modernização de um costume que remonta às origens da conquista) correspondeu às atividades intelectuais. Às já existentes na administração, as instituições públicas e a política, acrescentaram-se as provenientes do rápido crescimento de três setores que absorveram numerosos intelectuais, estabelecendo uma demanda constante de novos elementos: a educação, o jornalismo e a diplomacia.

Apesar de tudo, o realmente certo foi a visão idealizada das funções intelectuais que experimentou a cidade modernizada, fixando mitos sociais derivados do uso da letra, que serviam para alcançar posições, se não melhores distribuídas, sem dúvida mais respeitáveis e admiradas: foi “a mestra normal” quem fixou os sonhos das jovens da baixa classe média ou foi o “doutorado” (M’hijo el doctor, na feliz fórmula de Florêncio Sánchez) que ambicionaram para seus descendentes tanto os fazendeiros ricos como os comerciantes imigrantes, uns e outros analfabetos. A letra apareceu como a alavanca da ascensão social. Da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder; mas também, em um

grau que não havia sido conhecido pela história secular do continente, de uma relativa autonomia em relação a eles, sustentada pela pluralidade dos centros econômicos que a sociedade burguesa em desenvolvimento gerava. Na literatura, os reporters tentavam tomar o ofício dos escritores, que podiam vender artigos, achando que podiam colocar-se como mestres dos povoados ou suburbanos, escrever letras para as músicas populares, abastecer os folhetins ou simplesmente traduzi-los, produção suficientemente considerável para que ao finalizar o século se estabelecessem leis de direito do autor, e se fundassem as primeiras organizações destinadas a arrecadar direitos intelectuais a seus filiados.

O papel dos mitos individuais: do rebelde e do santo do banditismo e messianismo religioso da época. Por outro lado, os descendentes de imigrantes não conseguiram ainda estampar sua marca na ideologia nacional. E se evoca a todo tempo difundir-se o mito do pioneiro dos Estados Unidos, o cowboy, colonizador de terras e índios, cujo equivalente não encontra-se na América do Sul.

No campo letrado emergiram figuras heróicas e solitárias: o jornalista que denuncia as arbitrariedades dos poderosos, e do advogado pobre, que diante dos tribunais, vence as maquiavélicas conjuras dos ricos e restabelece os direitos ou a inocência do acusado. Até o dia de hoje e contra toda a evidência realista dada à extraordinária concentração de poder que se efetuou nos EUA, continuam alimentando o imaginário popular.

A constituição das literaturas nacionais que se cumpre no final do século XIX é um triunfo da cidade das letras, que pela primeira vez em sua longa história, começa a dominar o seu contorno. Absorve múltiplas contribuições rurais, inserindo-as em seu projeto e articulando-as com outras para compor um discurso autônomo, que explica a formação da nacionalidade e estabelece admiravelmente seus valores.

1.5. A polis se politiza

A polis se politiza traz à tona os movimentos nacionalistas e populistas.

No dia seguinte à festiva celebração do centenário da Independência hispano-americana, começa para este hemisfério da América Latina o século XX: é em 1911, quando explode a revolução mexicana que tem início as sucessivas sacudidas político-sociais em busca de uma nova ordem, ainda controlados pela ação de forças internas que procuram dar expressão à estrutura sócio-econômica que se havia forjado no corpo da mencionada modernização.

A cidade havia se tornado o centro de dominação do território nacional e seus problemas tinham a pretensão de ser da nação inteira, da mesma maneira que dentro dela se reproduziam os conflitos nacionais pela incorporação da imigração interna, em alguns pontos duplicada pela externa.

A situação patética dos escritores que forjam o modernismo foi a carência de público. Ainda que eles apostassem na criação de seu próprio público, só triunfariam tardiamente, de tal forma que seus livros, como o provam as tiragens e edições que se fizeram, não tiveram outros leitores que os mesmos membros dos cenáculos ou os destinatários estrangeiros aos quais foram remetidos como cortesia.

Contra a ameaça latente, justificou-se um servilismo que não resultou convincentemente para os setores populares afetados, em compensação foi utilizado como chave explicativa por boa parte dos intelectuais, os quais, como em outros países onde regia

o lema de “ordem e progresso”, estavam sendo, ainda que mesquinamente, favorecidos pelo desenvolvimento econômico em curso.

A emergência do pensamento crítico, com uma relativa autonomia, ocorreu sob a tutela da modernização e se deveu ao liberalismo econômico que permitiu a descentralização da sociedade, desenvolveu-a, dotou-a de serviços complexos, ampliou o terciário com uma escassa margem autônoma onde cresceria o grupo intelectual adverso. Foi sobretudo um produto da urbanização e inclusive poder-se-ia dizer que de suas insuficiências, visto o forte componente provinciano dos muitos Julien Sorel, que a partir da incipiente urbanização dos povoados desenvolveram a ambição capitaliana e que, a partir de sua ambígua e desmesurada posição média, quiseram rivalizar com a classe alta.

Assim, a democracia que timidamente começou a se praticar em alguns pontos implicou em uma ampliação controlada do círculo do poder, abrigando, junto à “gente decente” da aristocracia latifundiária, dois anéis amplificadores: o de comerciantes, industriais e especuladores, e o da equipe educada da administração, das finanças e do ensino.

1.6. A cidade revolucionada

É a cidade das revoluções, marcada por grandes transformações sociais no contexto da América Latina.

Com o ano de 1911 inicia-se na América Latina a era das revoluções que modelaria o século XX.

As mudanças se apresentarão mais nas questões sociais do que no componente de ruptura violenta.

As resoluções mexicana e uruguaia exibirão regimes cujos traços poderão ser reencontrados em outros países em sucessivos movimentos de transformação em que viverá o continente.

A acumulação histórica dos movimentos revolucionários na América Latina se combina com as peculiares tradições culturais dos diferentes lugares em que se deram os movimentos, sendo que todos eles têm ligação com a modernização.

No século XX, nossas interpretações letradas abandonaram as categorias biológicas, telúricas e estritamente políticas, voltando-se para as categorias sociais e econômicas. No entanto, nesse período nada identifica melhor as transformações havidas, do que o nome dos seus caudilhos respectivos.

Para o autor, o período que vai de 1911 a 1973 é marcado por sucessivas revoluções na América Latina, cujos debates e os protagonistas são parecidos e se relacionam com uma circunstância universal condicionadora. Daí o interesse por examinar os efeitos das revoluções iniciais sobre a cidade das letras.

Dois grandes traços estão presentes em todos os lugares quando se faz um balanço da influência da revolução na vida intelectual dos latino-americanos: educação popular e nacionalismo, os quais foram partes substancial da mensagem das novas gerações.

A educação popular e o nacionalismo não pretendiam cancelar as duas prévias da modernização contra as que simetricamente se insurgiram – enriquecimento, universalismo – mas aspiraram complementá-las dando uma maior base social.

A legitimação das demandas (Educação Popular e Nacionalismo) não esconde a facilidade que existe por detrás delas, coisa que deu pretexto à censura dos conservadores. A esfera nacionalista era mais acessível que a sabedoria universal procurada pelos

“ilustrados” da modernização, pois provinha do nascimento e das tradições formadas, tanto servia de dique ao imperialismo como ao imigrante pobre, e inclusive justificava uma preguiçosa oposição a qualquer conhecimento vindo de fora.

A modernização do século XIX somados aos renovadores do Vanguardismo dos anos 20 obscureceu a singularidade da geração intelectual intermediária, populista e nacionalista que acompanhou as revoluções de 1911.

Educação popular e nacionalismo representam a democracia latino-americana.

2. Considerações finais

Toda intervenção humana nos dados natural e artificial modifica o modo de vida dos indivíduos e coletividades que habitam um determinado território.

Na abordagem cultural do espaço, a cultura, através de seus códigos e convenções, cria as condições de comunicabilidade, de diálogo entre sujeitos e objetos, cujas significações são acolhidas pela materialidade do lugar e transmitidas por meio de discursos às sociedades. Assim, a cultura, ao propor e elaborar codificações e decodificações dos objetos e das relações sociais que constituem a realidade, torna-se um instrumento de investigação da mesma. A cultura garante e legitima o processo de conhecimento – como uma via possível de se chegar a ele –, em que analisar e interpretar não significa revelar a coisa *em si*, mas interar-se de o seu processo de designação e, desse modo, transformá-la em *objeto* do conhecimento. É a este movimento de designação que Angel Rama evidencia em *As cidades das letras*.

Referências bibliográficas:

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. “O urbano e a cultura: alguns estudos”. In : CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Cultura, espaço e o urbano: uma introdução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 141-165.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sade. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *La ciudad letrada*. Hanover, USA: Ediciones Del Norte, 2002 (2ª edição).

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. Rio de Janeiro : Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril, Coleção *Os Pensadores*, 1985.